

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DA ESCOLA DE FILOSOFIA,**
2 **LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIFESP – 07 DE OUTUBRO DE 2019.** Aos sete
3 dias do mês de outubro do ano de 2019, na sala da Congregação do *Campus* Guarulhos, foi iniciada,
4 na segunda chamada, às nove horas e trinta minutos, a reunião ordinária da Congregação da Escola
5 de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo. Sob a presidência
6 da Diretora Acadêmica, Prof.^a Dr.^a Magali Aparecida Silvestre. **Presentes: Direção Acadêmica:**
7 Prof. Dr. Janes Jorge (Vice-Diretor Acadêmico). **Representantes Técnicos Administrativos:** Caio
8 Batista da Silva (Chefe da Biblioteca), Márcio Ribeiro dos Santos (Chefe da Secretaria e Apoio
9 Pedagógico) e Lídia Gonçalves (Apoio Pedagógico). **Representantes Chefes de Departamento:**
10 Prof. Dr. Ivo da Silva Júnior (Chefe do Departamento de Filosofia), Prof. Dr. João do Prado Ferraz
11 de Carvalho (Chefe do Departamento de Educação), Prof. Dr. Gustavo Scudeller (Vice-Chefe do
12 Departamento de Letras), Prof. Dr. Jaime Rodrigues (Chefe do Departamento de História) e Prof.
13 Dr. Carlos Alberto Bello e Silva (Chefe do Departamento de Ciências Sociais). **Câmara de**
14 **Graduação:** Profa. Dra. Vera Jardim. **Câmara de Pós-Graduação e Pesquisa:** Prof. Dr.
15 Fernando Atique. **Câmara de Extensão:** Prof. Dra. Marcos Cezar de Freitas. **Representantes**
16 **Discentes:** Erick de Lima Correia. **Convidados:** Profa. Dra. Andreia dos Santos Menezes. Após
17 assinatura da lista de presença iniciou-se a sessão de **Informes:** o **primeiro informe da Direção**
18 **Acadêmica** foi a respeito das eleições para os órgãos colegiados da instituição. Profa. Magali
19 informou que o processo eleitoral teve início e o período de inscrição está aberto para todos os
20 órgãos, inclusive para a Congregação, atentando para o fato de que o mandato dos novos membros
21 da Congregação se estenderá ao período de transição do mandato da Direção Acadêmica, assim
22 como os mandatos nos demais Conselhos se estenderão às Pró-Reitorias e Reitoria, sendo um
23 período bastante estratégico para ocupar estes lugares. No **segundo informe** foi relatado que houve
24 um incêndio de grandes proporções nas imediações do campus, do lado de fora, próximo à
25 brinquedoteca e graças à presença de bombeiro o incêndio foi controlado e não adentrou o *campus*.
26 Profa. Magali ressaltou que esta situação evidenciou a necessidade da manutenção do contrato de
27 bombeiros. O **terceiro informe** se referiu à consulta pública aberta que apresenta um novo texto de
28 Diretrizes Nacionais de Formação de Professores que tem a intenção de substituir a Resolução
29 2/2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior
30 (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda
31 licenciatura) e para a formação continuada. Profa. Magali esclareceu que há vários pontos
32 importantes deste documento que precisam ser discutidos e que há a intenção da Direção em

33 solicitar uma reunião com a PROGRAD com o objetivo de discutir as mudanças, suas implicações e
34 que a instituição se posicione tendo em vista a gravidade da situação. A Diretora Acadêmica
35 explicou brevemente que entre outras questões o novo documento inclui o conceito de
36 competências do professor o que demonstra uma concepção de formação que o coloca numa
37 posição de executor de tarefas ao invés de investigador crítico. Concluiu ressaltando a delicadeza
38 desse debate e que os professores deveriam solicitar que a instituição promovesse essas discussões
39 além de firmar um posicionamento. A seguir iniciaram-se os **informes da Direção**
40 **Administrativa**. A Diretora Administrativa Sra. Janete apresentou as melhorias na infraestrutura do
41 *campus* no último ano, como pintura das áreas externas, pintura do teatro, manutenção da tubulação
42 de incêndio, conserto do ar condicionado do teatro e recuperação das câmeras de vigilância da
43 entrada do prédio. Expôs uma relação de processos que foram abertos para que a construtora,
44 responsável pela obra do Prédio Acadêmico, tome providências perante os problemas que se
45 apresentaram após a conclusão da construção e que será encaminhada uma notificação extrajudicial
46 para que a empresa se manifeste diante dos apontamentos. Profa. Magali expressou agradecimento a
47 equipe de infraestrutura e em especial ao servidor Pedro Rossetto. Acrescentou que pediu a Câmara
48 de Graduação um relatório dos problemas enfrentados pelos professores em relação à infraestrutura
49 das salas de aula para que no período de férias as providências necessárias fossem tomadas e
50 solucionadas para o retorno do semestre seguinte. Passou-se, então, para os informes da **Câmara de**
51 **Pós-Graduação e Pesquisa**: Prof. Fernando Atique iniciou o informe dizendo que a portaria de
52 ações afirmativas que diz respeito a Pós-Graduação foi aprovada e entrou em vigor no início do
53 mês, isso significa que há uma política institucional relacionada a cotas raciais, por exemplo, que
54 pode ser aderida, conforme necessidade, pelos Programas de Pós-Graduação. O Coordenador da
55 Câmara de Pós-Graduação noticiou os cortes de bolsas sofridos pelo setor, de maio a setembro,
56 totalizando a perda de 113 bolsas de mestrado e 104 bolsas de doutorado e que tendo em vista este
57 panorama desanimador foi solicitado que a instituição prepare uma carta afirmando que não
58 endossa essa política, que será encaminhada pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa nos
59 próximos dias. Prof. Atique informou, ainda, que houve uma proposta de que a instituição
60 repensasse o fluxo em relação a posse de novos coordenadores dos programas de pós-graduação, a
61 exemplo da Unesp. A ideia é de que todos os coordenadores tomem posse juntos e tenham uma
62 grande preparação para o desempenho da função, o que gerou discussão no conselho e motivou a
63 aprovação de uma comissão que irá verificar com o Pró-Reitor de Pós-Graduação da Unesp o
64 detalhamento dos fluxos. Explicou que o problema é que nem todos os PPG's nasceram ao mesmo

65 tempo e as coordenações precisariam ser niveladas, cabendo à comissão adequar estas questões. Por
66 fim, Prof. Fernando fez a leitura de uma carta (Anexo I) relatando as atividades desenvolvidas
67 durante seu período como Coordenador da Câmara de Pós-Graduação, explicando os motivos que o
68 levaram a solicitar o desligamento da sua função e expressando respeito e admiração aos dirigentes
69 da instituição com quem trabalhou diretamente. Informou, ainda, que no dia 17 de outubro
70 conduzirá sua última reunião na condição de coordenador. Profa. Magali expressou, bastante
71 emocionada, que compreende e respeita a posição do Prof. Fernando Atique destacando que quando
72 assumiu a coordenação o setor não estava estruturado, tendo ele feito um grande trabalho que
73 resultou na projeção da pós-graduação na EFLCH e na instituição. Disse ainda que o Prof. Fernando
74 extrapolou a função de coordenador ocupando outros espaços institucionais devido à sua
75 competência. A Diretora Acadêmica aproveitou para relatar que existe um problema bastante
76 localizado no setor e que, recentemente, alguns servidores que trabalhavam 40 horas semanais
77 conquistaram a possibilidade de trabalharem 30 horas, o que aumentou os problemas ao invés de
78 dirimi-los. A Diretora pediu respaldo da Congregação, pois terão de ser tomadas atitudes incisivas
79 para resolver a situação. Prof. Janes finalizou agradecendo o trabalho feito pelo Prof. Atique
80 destacando que ele é um profissional de grande valor. A reunião prosseguiu com os **informes da**
81 **Câmara de Extensão e Cultura**. Prof. Marcos Cezar relatou que houve um esforço, por parte dos
82 órgãos competentes, para deixar mais clara a Política dos Observatórios. Disse também que foi
83 definida a figura do “Meta Observatório” que tem a finalidade de colher dados sobre a inserção dos
84 *campi* em suas regiões, sendo que os demais observatórios continuarão existindo e sendo
85 cadastrados no SIEX. Dando continuidade à reunião iniciaram-se os pontos de pauta. **1) Aprovação**
86 **das atas de meses anteriores**. As atas serão submetidas à aprovação na próxima reunião. **2)**
87 **Homologação da aprovação *ad referendum* da Direção Acadêmica, da remoção da servidora**
88 **Daniela Cristina Gonçalves para a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, com**
89 **contrapartida de vaga**. Profa. Magali pontuou que a servidora Daniela é Secretária Executiva do
90 Programa de Pós-Graduação em Filosofia e foi requisitada pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e
91 Pesquisa para trabalhar no Centro de Estudos Avançados. Aprovado com duas abstenções. **3)**
92 **Homologação de troca na representação do Departamento de História na Câmara de**
93 **Extensão e Cultura da EFLCH: Profa. Edilene Teresinha Toledo, membro titular e Prof.**
94 **Julio Moracén Naranjo, suplente**. Aprovado por unanimidade. **4) Aprovação da reabertura do**
95 **edital 364/2018 da área do conhecimento Pedagogia e Letras, subárea de conhecimento Libras**
96 **- Língua Brasileira de Sinais**. Aprovado por unanimidade. **5) Homologação dos novos**

97 **representantes da Câmara de Graduação:** Núcleo de Apoio Pedagógico - Andreza Felix de
98 Avelois (titular) e Marcio Ribeiro Santos (suplente); Núcleo de Apoio Estudantil - Prof. Dr.
99 Alexandre Barbosa Pereira (titular) e Matheus Ferreira Guimarães Bastos (suplente). Os
100 representantes do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão – NAI serão indicados na próxima reunião.
101 As indicações foram aprovadas com 1 abstenção. **6) Homologação da composição da Comissão**
102 **Especial de Avaliação (CEA) que examinará a solicitação de evolução funcional para**
103 **Professor Titular do Prof. Dr. José Carlos Gomes da Silva, em consonância com a Resolução**
104 **Reitoria 110/2014.** Profa. Magali esclareceu que o Departamento de Ciências Sociais solicitou
105 aprovação de uma banca, contudo, após consultar a legislação, verificou que o processo de
106 avaliação para acesso à Classe E, Professor Titular, deve ser realizado por uma Comissão Especial
107 de Avaliação, conforme Resolução 110/2014, Art. 4º. Foram apresentados os componentes da
108 comissão: Profa. Dra. Cynthia Andersen Sarti – Universidade Federal de São Paulo (Presidente);
109 Prof. Dr. Wilson Nascimento Barbosa - Universidade de São Paulo (Titular); Profa. Dra. Neusa
110 Maria M. Gusmão – Universidade Estadual de Campinas (Titular); Prof. Dr. Assis Carvalho –
111 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. (Titular); Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca –
112 Universidade Estadual de São Paulo (Titular); Profa. Dra. Olgária C. Feres Matos – Universidade
113 Federal de São Paulo (Suplente/Presidente); Profa. Dra. Nilza Maria da Silva – Universidade
114 Estadual de Londrina (Suplente); Profa. Dra. Kátia Rodrigues Paranhos – Universidade Federal de
115 Uberlândia (Suplente). A composição da comissão foi aprovada por unanimidade. O ponto de nº 7
116 da pauta foi transferido para o final da reunião a fim de aguardar a presença da professora
117 responsável pelo tema. **8) Homologação de Indicação de Vagas para Refugiados e Portadores**
118 **de Visto Humanitário na UNIFESP.** A Presidente da Câmara de Graduação, Profa. Vera Jardim,
119 esclareceu que a Unifesp aprovou uma portaria em abril que estabelece um limite para a oferta de
120 vagas **para Refugiados e Portadores de Visto Humanitário, ficando definido que** cada curso
121 pode oferecer uma vaga e somente no período vespertino. A Profa. Vera destacou que a Câmara de
122 Graduação da EFLCH gostaria de oferecer mais vagas, explicou que o curso de História da Arte não
123 pôde ofertar vagas por ter aulas somente no período noturno e que o Curso de Ciência Sociais não
124 respondeu à solicitação de indicação de vaga. Aprovado por unanimidade. **9) Prorrogação do**
125 **acordo de Cooperação Técnica do docente Prof. Dr. Iuri Cavlak a pedido do Departamento de**
126 **História.** Prof. Jaime informou que o Prof. Iuri está contribuindo com o departamento há dois anos
127 sendo que há interesse mútuo na renovação desta parceria. A prorrogação foi aprovada por
128 unanimidade. **10) Aprovação de indicação de membros para compor Equipe de Apoio à**

129 **Comissão Eleitoral responsável pelo processo eleitoral para os Conselhos, Congregações e**
130 **Comissões da Unifesp:** Servidor Técnico - Arilson de Souza Silva; Docente – Rodrigo Barbosa
131 Ribeiro; Discente – Erick de Lima Correia. Os nomes foram aprovados por unanimidade. **11)**
132 **Aprovação do Organograma da EFLCH.** Profa. Magali retirou este ponto de pauta por não ter
133 havido tempo suficiente para realizar as alterações necessárias no organograma a ser apresentado.
134 **12) Aprovação de Logo EFLCH.** A Presidente desta Congregação justificou a necessidade de
135 criação de um logo para identificação da EFLCH nos diversos materiais produzidos no Campus.
136 Esclareceu que, em consulta ao Departamento de Comunicação Institucional, foi informada que não
137 há uma política para a criação de logo das Escolas e Institutos da Unifesp. Dessa forma, sob a
138 coordenação da Profa. Joana de Fátima Rodrigues e com o auxílio dos estagiários da Direção
139 Acadêmica, Vinicius de Souza e Fernanda Lima Dutra, foi criado o logo da EFLCH, apresentado
140 em seguida (Anexo II). Foram discutidas questões como a tonalidade do logo, as implicações nas
141 impressões em preto e branco e a elaboração de um manual de uso da marca. Após votação, o logo
142 foi aprovado por unanimidade considerando que será criado um manual de uso, bem como, serão
143 elaboradas outras cores de fundo para a impressão em preto e branco. **13) Aprovação de Projeto**
144 **de Nomeação dos Prédios e outros espaços da EFLCH.** Profa. Magali solicitou a retirada deste
145 ponto, porém, indicou que a discussão fosse aprofundada nos departamentos esclarecendo que o
146 objetivo da proposta é que os espaços sejam nomeados em homenagem a personalidades
147 importantes das áreas ligadas à EFLCH. **14) Orçamento.** Tomou a palavra a Diretora
148 Administrativa, Sra. Janete Marques, que esclareceu que o problema com o abastecimento de papel
149 sulfite no campus se deu devido à falta de orçamento e que levaram alguns dias para a PROADM
150 enviar a rubrica que possibilitaria a compra para o reabastecimento. Relatou que, apesar das ações
151 para economia de energia, o valor da conta de luz do campus não reduziu. A Diretora prosseguiu
152 informando que no ano de 2018 foram utilizadas, aproximadamente, 1,7 milhões de cópias
153 chamando a atenção para os impactos ambientais causados pelo uso dessa quantidade de papel.
154 Profa. Magali reconheceu a nobreza da causa afirmando que os recursos devem ser otimizados,
155 porém, ressaltou a necessidade de se separar a discussão sobre a questão ambiental e a questão da
156 legitimidade das cotas de impressão para estudantes e professores uma vez que as impressões são
157 para o uso das atividades finalísticas da Universidade. Após discussão sobre o tema a plenária
158 solicitou à Direção Administrativa mais dados a serem analisados na próxima reunião. A seguir a
159 Sra. Janete mostrou um quadro contendo os contratos ativos e afirmou que todos eles estavam
160 mantidos até o momento; reafirmou a importância do contrato dos bombeiros, tendo em vista o

161 incêndio que ocorreu próximo ao *campus* recentemente; explicou que os contratos têm sido
162 renovados aos poucos, dentro de uma margem de segurança, por causa da falta de orçamento para
163 empenho e que foi negociado um desconto de 10% no contrato de manutenção de elevadores, sem
164 redução de escopo. A Diretora Administrativa relatou que a média de gastos do campus com
165 despesas fixas é de R\$ 487.863,00 e que havia orçamento somente para pagar as notas emitidas até
166 o dia 20/08 e não para as notas do dia 20/09, contudo, no dia 03/10 a PROADM descentralizou
167 quatrocentos e um mil, quantia necessária para liquidar essas notas, com exceção da nota de energia
168 elétrica que vencerá no dia 28/10. Explicou que conforme o orçamento vai sendo liberado pelo
169 governo federal, ou algum remanejamento é realizado internamente pela própria PROADM, o
170 campus vai recebendo as quantias necessárias. Relatou que recebeu a informação, na semana
171 passada, que seria liberado pelo governo federal mais 15%, o que corresponde à liberação
172 orçamentária e de movimentação e que o nosso limite de movimentação é de 10%. Concluiu
173 dizendo que é quase certo que com esse valor o orçamento da Unifesp atingiria os 70%. Sobre as
174 notas a serem emitidas em novembro externou certa preocupação e sobre as de dezembro indicou a
175 possibilidade de solicitar às empresas a sua emissão somente em janeiro, estendendo o tempo para
176 liquidá-las. Sra. Janete prosseguiu explicando que já a algum tempo vem se discutindo no GT de
177 Orçamento, entre PROADM, Diretores Administrativos e Acadêmicos, como proceder com as
178 questões contratuais, a necessidade de se estabelecer diretrizes sobre quais contratos devem ser
179 empenhados e como manter contratos sem prévio empenho. Relatou que no último CONSU foi
180 submetido um documento que estabelece diretrizes para a utilização do orçamento, divididas em
181 ordem de prioridade e que a primeira diretriz menciona itens fundamentais para o funcionamento
182 dos *campi* como manutenção de água, luz, manutenção predial, internet e uso do ar condicionado
183 em áreas estratégicas. Explicou que essa parte do documento foi aprovada pelo CONSU, mas que
184 os demais temas seriam discutidos no COPLAD novamente. Ressaltou que essas discussões geram
185 muito estresse e que no último COPLAD a nova versão do documento incluiu as atividades
186 finalísticas da instituição e a possibilidade de os campi indicarem suas prioridades de acordo com
187 suas características. Reafirmou a importância de a instituição ter um documento aprovado por um
188 colegiado institucional, pois ele dá direção e segurança na tomada de decisões, além de
189 compartilhar responsabilidades. Relatou a dificuldade dos fiscais de contratos nesse processo e mais
190 uma vez ressaltou a segurança proporcionada pelo documento e a possibilidade de se optar em
191 manter o *campus* funcionando respaldados por um colegiado. Prof. Janes agradeceu à Sra. Janete e
192 explicou que a Direção Administrativa faz a ponte entre a PROADM e o campus e como as

193 questões orçamentárias, especialmente num momento de retração do orçamento, criam tensões,
194 conflitos, ela fica numa situação bem difícil, pois fica entre dois poderes que têm divergências,
195 então é uma posição difícil e realmente cobra um custo pessoal grande, porque, evidentemente,
196 como é dever da Direção Acadêmica defender os interesses do Campus Guarulhos, é necessário
197 tensionar, dizer não. Prof. Janes dá esse explicação para os membros entenderem que quando
198 aparecem tensões na Congregação elas decorrem desse fato que é elementar, é real e que a Direção
199 Acadêmica não esconde, porque não faz sentido esconder, pois o orçamento é pequeno e há uma
200 disputa por ele entre os diferentes entes da Unifesp. Ressalta que é evidente que estamos passando
201 por uma situação difícil e que realmente estressa muito porque ter que discutir o básico para
202 funcionar, ter que discutir a permanência de um bombeiro no campus, por exemplo, é muito difícil.
203 Deu continuidade à sua explanação dizendo que a Direção Acadêmica votou contra esse documento
204 no CONSU, como outras pessoas também votaram, mas que declararam que não queriam que o
205 servidor fizesse nada ilegal e que foi dito na reunião, por um representante do campus, membro do
206 CONSU, que a Pró-reitora e a Reitora jamais pediriam para um servidor atuar fora da lei, no que se
207 refere a garantir a segurança dos servidores. Ressaltou que em todo o CONSU ninguém jamais
208 pediria para que o servidor fizesse algo que futuramente pudesse ser prejudicado e que gostaria que
209 isso fosse repassado para os servidores do campus e que ficasse explicitado que jamais a Direção
210 Acadêmica pediria para um servidor fazer algo fora da lei. Salientou que a Direção Acadêmica
211 ficou contra o documento porque acreditou que ele colocava em risco os contratos vigentes do
212 Campus Guarulhos, apresentados pela Sra. Janete. Explicou que a redação inicial do documento
213 indicava que os contratos do campus estavam sob risco e como foi decidido na Congregação de
214 setembro que se manteriam todos os contratos, caso essa norma fosse aprovada no CONSU,
215 colocaria em risco vários contratos. Relembrou que o campus havia decidido na Congregação de
216 setembro que estes contratos eram muito importantes, que foram feitos estudos e que,
217 historicamente, foram feitos diversos ajustes nos contratos, o que caracteriza o campus Guarulhos
218 como aquele que mais economizou e que é possível verificar, pela apresentação da Sra. Janete,
219 como a economia do campus é enorme, por esse motivo acredita que nenhum outro campus tenha
220 economizado tanto quanto esse, portanto o campus Guarulhos votou contra, a Direção Acadêmica
221 votou contra, representando a Congregação, assim como representantes de estudantes e
222 representantes de servidores também votaram contra. Relatou que houve professores adjuntos que
223 votaram a favor da resolução, mas no entendimento da Direção Acadêmica se essa resolução tivesse
224 sido aprovada no CONSU colocaria em risco o campus Guarulhos. Enfatizou que o que foi

225 aprovado no CONSU foi contra o voto da Congregação porque ela é voto contrário à centralização
226 orçamentária que, a rigor, é algo prejudicial ao campus. Solicitou que os membros aprofundassem a
227 reflexão sobre a situação afirmando que o campus perderia três vezes, pois no início do ano o
228 campus tinha uma projeção orçamentária de acordo com o que foi designado pela Matriz Andifes,
229 um orçamento original que não foi executado porque não havia certeza de que se receberia o
230 orçamento planejado, depois vieram os cortes nos contratos, lembrando que alguns nem iniciaram
231 como é o caso de professores que solicitaram recursos para realizarem visitas técnicas com
232 estudantes, e, em razão dos 70% houve a orientação de mais redução, além disso, se no fim do ano
233 fossem restituídos até 100% do orçamento, conforme anunciado pelo Ministro da Educação, o
234 campus perderia ainda mais porque não conseguiria recuperar a proposta orçamentária original.
235 Reafirmou que essa é a razão de Guarulhos ter sido contra esse documento no COPLAD, o CONSU
236 aprovou uma resolução básica e mandou para o COPLAD detalhar e foi mantida a mesma posição
237 contrária ao documento porque ele não atende aos interesses do campus Guarulhos e ali, também,
238 foi objeto de controvérsias e tensão evidentemente, mas ressaltou que com isso a Direção
239 Acadêmica não quer deixar nenhum servidor da Unifesp trabalhar na ilegalidade ou colocar em
240 risco qualquer servidor inclusive porque a própria direção acadêmica é solidária, por esse motivo
241 quis deixar bem claro que defendeu os contratos de Guarulhos. Profa. Magali complementou a fala
242 do vice-diretor alertando que a Direção Acadêmica é solidária, mas que a professora é ordenadora
243 de despesas e por isso, também, é servidora que está em risco, ressaltando que não se pode esquecer
244 disso. Prof. Janes concluiu afirmando que se a Unifesp não tem recurso para funcionar, a Unifesp
245 deve parar conjuntamente, se não há segurança para o servidor da Unifesp assinar os contratos ele
246 deve tomar uma decisão na Unifesp e não assinar. Prof. Magali salientou que a Congregação deve
247 prestar atenção, daqui para a frente, no item “centralização de orçamento”, e que a centralização já
248 vinha ocorrendo antes de que esses colegiados deliberassem sobre esta questão, pois as contas dos
249 campi têm sido apresentadas no GT de orçamento e o saldo das notas fiscais é rateado entre os
250 *campi*. Enfatiza que após essa explanação os membros da Congregação podem estar pensando que a
251 Direção Acadêmica nesse momento tão difícil, ao invés de ser solidária, não colabora para a
252 instituição liquidar seu saldo e fechar as contas, então esclarece que não acredita que seja uma
253 questão de solidariedade porque o orçamento é um espaço de disputa na instituição e, por isso,
254 defende que a discussão política deve ser atrelada à discussão técnica. Relatou que foi possível
255 conseguir separar a discussão do ano de 2019 e indicar no CONSU a necessidade de iniciar a
256 discussão sobre o orçamento de 2020. Declarou que a Direção Acadêmica acertou quando solicitou

257 que a Congregação tomasse uma posição, pois com o respaldo da Congregação, conseguiu e
258 legitimou a posição de que deveria defender o campus Guarulhos porque é um campus que tem as
259 contas pagas e já vem desde o início do ano cortando uma série de itens, portanto não seria justo
260 sofrer mais perdas. Profa. Magali esclareceu que este documento foi analisado e complementado no
261 COPLAD e que após sua aprovação deveria voltar ao CONSU, contudo, relatou que este tema não
262 está na pauta da reunião que vai acontecer na próxima semana e que não sabe o motivo, mas
263 comprometeu-se a atualizar as informações junto aos membros da Congregação. Relatou que,
264 embora tenha votado contra o documento, foi possível garantir, em sua redação, a palavra
265 residência nas diretrizes relacionadas às atividades finalísticas e uma cláusula que contém a
266 indicação que alguns itens deverão ser discutidos com os diretores acadêmicos resguardando as
267 especificidades dos *campi*, o que, de certa forma, demonstra que houve um entendimento de que as
268 questões orçamentárias não podem ser discutidas às portas fechadas só com o setor administrativo
269 e, ainda, sem aprofundar a reflexão sobre o que efetivamente a instituição vai fazer, qual será o
270 momento que vai ter que decidir que dá para continuar funcionando ou não dá e que essa decisão
271 não é por campus, mas sim institucional. Profa. Vera Jardim questionou a responsabilidade de quem
272 nega os recursos à instituição, uma vez, que os servidores que tentam manter a instituição podem
273 ser responsabilizados por manter os contratos sem empenho. Prof. Bello resgatou o histórico das
274 dificuldades com orçamento afirmando que não é razoável discutir centralização de recursos depois
275 que todos estão operando no limite. Profa. Magali acrescentou que existem itens indispensáveis
276 para um *campus* que não são para outro como é o caso do transporte do Programa de Residência
277 Pedagógica e do contrato dos bombeiros, ressaltando que não existe a intenção de tensionar a
278 situação, porém, não é possível abrir mão das necessidades fundamentais de funcionamento do
279 *campus*. Finalizou dizendo que a posição será de manter os contratos na expectativa de que seja
280 liberado o restante do orçamento para verificar se será possível propor novos contratos. Na
281 sequência foi retomado o ponto **7) Homologação do Curso Sequencial de complementação em**
282 **Estudos Hispano-americanos do Departamento de História**. Profa. Andreia Menezes tomou a
283 palavra explicando sobre a origem do Curso Sequencial em Estudos Hispano-Americanos
284 mencionando que foi criado um GT para regulamentar a questão e que o Conselho de Graduação
285 aprovou a Resolução CG nº 1 de 17 de abril de 2019, que estabelece normas e critérios para o
286 funcionamento de Cursos Sequenciais na Universidade Federal de São Paulo. Esclareceu que os
287 alunos deverão cursar, no mínimo, três disciplinas de um ou mais cursos de graduação da Unifesp,
288 sendo ao menos duas delas de caráter eletivo. Explicou também que tendo cumprido os requisitos o

289 aluno solicita o certificado à secretaria acadêmica que encaminhará à comissão dos cursos
290 envolvidos e, posteriormente, à Direção Acadêmica para assinatura dos certificados. Profa. Vera
291 Jardim acrescentou que a Câmara de Graduação analisou a proposta e aprovou a oferta do Curso
292 Sequencial com uma observação de que seja estabelecido um fluxo referente ao acompanhamento,
293 certificação, registro e organização deste curso. Profa. Magali apontou a necessidade da criação de
294 uma comissão permanente por envolver cursos diferentes, além de questionar como será realizado o
295 registro dos certificados. Ressaltou que a Direção Acadêmica não procedera à assinatura dos
296 certificados sem que antes seja estabelecido um fluxo, indicando as implicações da ausência desse
297 fluxo, citando como exemplo a impossibilidade de fornecimento de segunda via dos certificados em
298 caso de perda. Afirmou que reconhece a importância da oferta do curso sequencial, mas reiterou
299 que o fluxo precisa estar estruturado para evitar problemas futuros. Após discussão foi aprovado,
300 por unanimidade, o oferecimento de Curso Sequencial de complementação em Estudos Hispano-
301 Americanos, do Departamento de História, com a indicação de que seja organizada uma comissão,
302 composta pela Câmara de Graduação, Núcleo de Apoio Pedagógico, Secretaria Acadêmica e
303 Direção Acadêmica, com o objetivo de estabelecer um fluxo específico: formas de tramitação,
304 acompanhamento, registro e arquivo dos certificados a fim de garantir a validação das informações
305 atestadas (Anexo III). **15) Homologação do edital de Reingresso Especial, dos cursos de**
306 **História, Letras, Filosofia e Ciências Sociais – EFLCH.** A Presidente da Câmara de Graduação,
307 Profa. Vera Jardim, explicou que o objetivo do edital é possibilitar aos estudantes que concluíram
308 um curso de bacharelado retornarem e concluírem um curso de licenciatura, ou vice-versa. Explicou
309 que foi definido que o reingresso será feito por semestre e não anualmente e que o edital precisa ser
310 aprovado na Câmara de Graduação e na Congregação para então ser encaminhado à PROGRAD
311 indicando que serão realizadas as alterações que a PROGRAD vier a solicitar. A servidora Lídia
312 Gonçalves relatou que os cursos enviaram os editais separados para que o Apoio Pedagógico
313 consolidasse num só documento. Explicou que após trabalhar com aproveitamento de carga horária,
314 conforme proposta da PROGRAD, foi sugerida uma matriz de reingresso a ser cursada pelo
315 estudante para concluir o segundo curso, de bacharelado ou de licenciatura, e que as coordenações
316 de curso enviaram as Unidades Curriculares necessárias para que os alunos complementem a
317 formação. Citou como exemplo que para um estudante concluir uma licenciatura deverá cursar entre
318 4 a 5 UC e relatou que o curso de Ciências Sociais indicou apenas duas disciplinas, o que foi
319 avaliado como problemático, pois o aluno poderia solicitar dois diplomas de uma só vez e que, por
320 esse motivo, foi solicitado à coordenação do curso a revisão da matriz enviada. Profa. Magali

321 ressaltou que a PROGRAD demorou para deliberar sobre a continuidade dos estudos indicando que
322 este edital é uma vitória. A Profa. Vera Jardim complementou informando que será feita uma
323 reunião com a Pró-Reitoria de Graduação com o objetivo de encaminhar ao Conselho de Graduação
324 as indicações de acerto na portaria e as especificidades da EFLCH. Em regime de votação foram
325 aprovados, por unanimidade, os editais de reingresso especial dos cursos de História, Letras e
326 Filosofia. O edital do curso de Ciências Sociais será readequado e submetido posteriormente. **16)**
327 **Discussão sobre a suspensão dos afastamentos na Unifesp, face à decisão da Pró-Reitoria de**
328 **Gestão com Pessoas de somente processar as solicitações de afastamentos após analisá-las à**
329 **luz do Decreto nr. 9991/2019 e da Instrução Normativa nr. 201, de 11 de setembro de 2019.**
330 Prof. Carlos Bello iniciou sua fala explanando o posicionamento da Reitoria em relação aos
331 afastamentos. Informou que o Departamento de Ciências Sociais fez a leitura de pareceres emitidos
332 sobre o assunto indicando que o argumento do procurador da UNB, que afirma que a autonomia da
333 Universidade deve ser preservada, é bastante plausível; elucidou que o decreto do afastamento e a
334 instrução normativa não fazem menção às leis que regem a carreira dos docentes e que a Reitoria
335 está estudando o Decreto 9991/2019. Ressaltou que o assunto é urgente, pois os professores
336 precisam se programar para os afastamentos e, por este motivo, o Departamento requereu à
337 Congregação aprovação de uma consulta, em caráter de urgência, à Reitoria sobre a aplicabilidade
338 do decreto. Profa. Magali complementou informando que durante o último CONSU esse tema foi
339 questionado e a Pró-Reitoria de Gestão com Pessoas indicou, na ocasião, que a instituição tinha um
340 mês para se organizar e que no início de outubro emitiria uma Instrução Normativa para regular a
341 questão. Após votação foi aprovado, por unanimidade, que a Congregação consulte a Pró-Reitoria
342 de Gestão com Pessoas sobre a aplicabilidade, ou não, do decreto nº 9.991, de 28 de agosto de
343 2019, aos cargos de magistério superior a exemplo do parecer nº
344 00378/2019/CONS/PFFUB/PGF/AGU da Procuradoria Federal da Universidade Federal de
345 Brasília. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada às treze horas e dezoito minutos e eu,
346 Letícia Arantes, secretária da Congregação, lavrei a presente ata.

347